

ACORDO COM FMI

Economistas mantêm cenário sombrio para 99

Crédito externo contribui para que as perspectivas se mantenham, mas não para melhorá-las

DENISE NEUMANN

Recessão, desemprego alto, inadimplência, vendas fracas, famílias com orçamento apertado: tudo isso ainda faz parte das previsões dos economistas para a economia brasileira em 1999. Isso, apesar da confirmação da ajuda externa de US\$ 41,5 bilhões liderada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que mobilizou vários organismos internacionais, como o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 16 nações.

Todas essas previsões já foram formuladas contando com esse apoio externo. Se ele não viesse, cenários alternativos, com queda muito mais expressiva do Produto Interno Bruto (PIB), estavam sendo desenhados.

A confirmação do acordo de ajuda internacional é apenas a primeira variável necessária para que o cenário de recessão de 1% a 2% do PIB (considerado realista) se confirme.

A segunda variável fundamental depende, apenas, do Brasil: fazer o ajuste fiscal, lembram economistas, ex-integrantes de equipes governamentais.

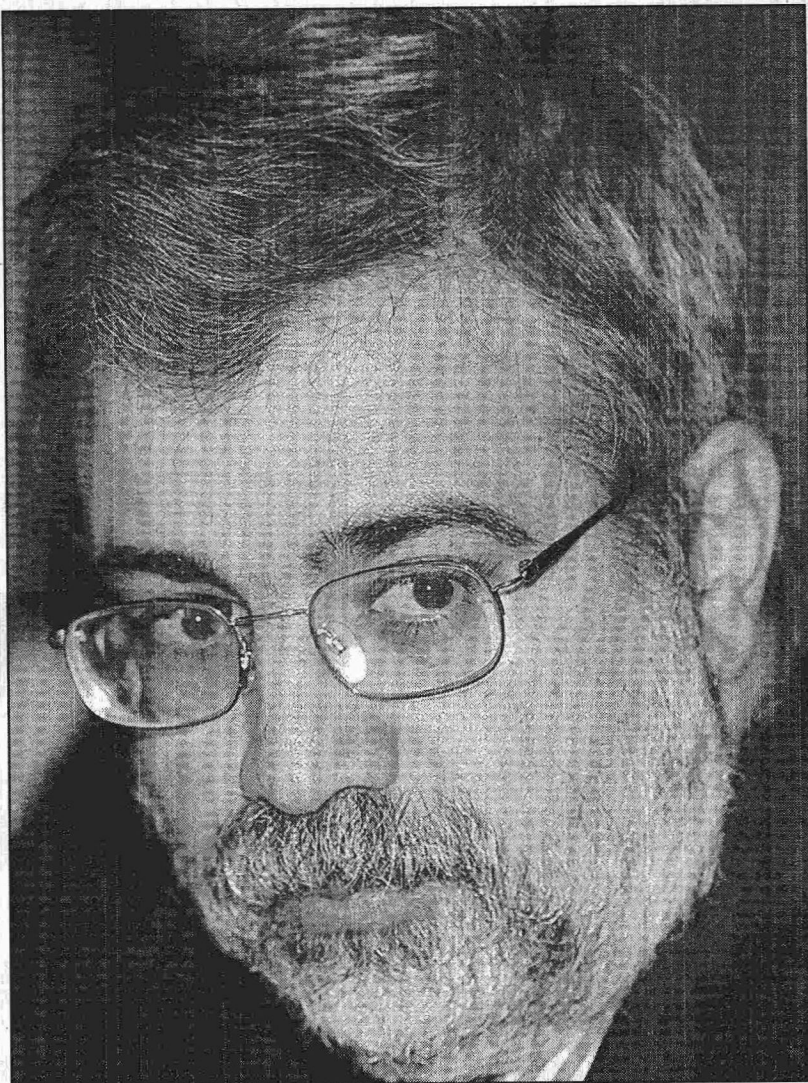
"O acordo traz tranquilidade", resume o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola. "A lassidão fiscal que marcou o pacote de 51 medidas adotado no ano passado não poderá ser repetida", acrescenta o ex-ministro Roberto Campos. "A execução das medidas continua a depender de nós mesmos", acrescenta Gustavo Loyola.

A ajuda externa dada ao País não veio por simpatia, segundo o ex-presidente do BC. "Ela é determinada pelo reconhecimento de que o problema brasileiro pode espalhar-se pela economia mundial e provocar recessão em outros países", pondera Loyola.

"Desta vez, o conjunto de financiadores é realmente internacional, o que indica a importância do Brasil para a comunidade financeira internacional", acrescenta Roberto Campos. Na avaliação do economista, uma "degringolada" do Brasil traria consequências ruins para o sistema capitalista.

Apesar da dimensão desse apoio externo e da apreensão com que líderes da economia mundial passaram a olhar o País, a superação efetiva da atual crise ainda depende do Brasil.

Disciplina fiscal - "Apesar da boa vontade externa, o insucesso do País na execução do ajuste fiscal e a não aprova-



Gustavo Loyola: "Nunca o Brasil recebeu tanto apoio internacional"

ção de parte importante das medidas pelo Congresso Nacional seriam desastrosos", diz Loyola. "Chegou a hora de o País realmente ter disciplina fiscal", acrescenta Campos.

"Se não formos capazes de atingir as metas propostas, aí a situação fiscal não se corrigirá e o Brasil estará condena-

TUDO DEPENDE DA EXECUÇÃO DO AJUSTE FISCAL

do à estagnação e aos juros altos", pondera. O diretor do Departamento de Análises Econômicas do BMC, Marcelo Allain, avalia que as metas de ajuste fiscal adotadas pelo

governo e confirmadas com o Fundo Monetário Internacional são factíveis e o governo tem de cumpri-las.

Segundo ele, caso o governo não consiga aprovar o pacote fiscal no Congresso Nacional, medidas complementares precisarão ser adotadas.

"O governo não possui margem, como em novembro do ano passado", lembra Marcelo Allain, falando do pacote de 51 medidas adotadas em novembro do ano passado, quando o "governo falou e ficou tudo por isso mesmo".

Possível - A necessidade de cumprimento das metas, lembra Adauto Lima, economista do Lloyds Bank, torna-se mais efetiva porque o governo sabe que o mercado pode pôr novamente em cheque sua capacidade de fazer o ajuste das contas públicas.

As metas, lembra Lima, são factíveis, porém fortes. "O governo vai precisar efetuar o corte de gastos e não poderá ficar apenas no discurso", pondera.

Assim como o Brasil já ga-

nhou tempo com os recursos externos que entraram para os programas de privatização, o acordo com o FMI dá mais um tempo ao País.

"O acordo com o FMI desarma o risco de uma crise da noite para o dia, de saída explosiva de capitais", acrescenta Gustavo Loyola.

Já o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, Ingo Plöger, quer que o governo use esse "tempo" para acelerar as reformas, incluindo a segunda reforma da Previdência e a tributária.

A aprovação das reformas, diz ele, aumentaria a competitividade do Brasil e novos investimentos diretos produtivos poderiam ser atraídos.

Execução - O Brasil, lembra o ex-ministro Roberto Campos, tem tradição de não cumprir as metas negociadas com o Fundo Monetário. "Esse acordo impõe uma enorme responsabilidade ao governo, que é o cumprimento das metas, porque a tradição brasileira é justamente o contrário", observa.

O Brasil, hoje, é um importante participante da economia mundial e isso torna o atual acordo muito diferente dos anteriores, na avaliação de Loyola.

Nunca o Brasil recebeu tantas manifestações de apoio como agora, lembra Loyola, listando o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, o primeiro-ministro alemão Gerhard Schroeder e o presidente francês, Jacques Chirac. "Mas esse apoio não muda o fato de que a execução depende de nós", insiste o ex-presidente do BC.

Colaborou Márcia de Chiara

Fluxo cambial registra o melhor desempenho desde a crise russa

Saldo médio diário de novembro está positivo em cerca de US\$ 21 milhões, calculam técnicos

CLEIDE SÁNCHEZ RODRÍGUEZ

A divulgação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ocorreu num momento em que o fluxo cambial registra o melhor desempenho desde agosto, antes de a moratória russa desencadear a crise dos mercados internacionais. "Se o resultado dos últimos dias for comparado à média de agosto, observa-se que o momento de maior pressão já passou, especialmente nos segmentos comercial e financeiro", observa Roberto Padovani, da Tendências Consultoria Integrada.

De uma maneira geral, verifica-se mudança na forma de o mercado externo ver o Brasil. Há uma maior receptividade que operadores e executivos financeiros estão chamando de "melhora no humor do mercado". Esse fato coincide com resultados cambiais mais positivos.

De acordo com o economista, o saldo médio diário em novembro está positivo em cerca de US\$ 21 milhões, resultado da melhora das operações financeiras, o que vem assegurando ingressos de recursos em volumes pequenos, mas constantes.

Padovani destacou que, sem os vencimentos excessivos de títulos emitidos no mercado internacional por parte de empresas e bancos - principal fator de pressão do fluxo cambial em outubro -, diminuiu bastante o volume de remessas para o exterior. Neste mês, os vencimentos não superaram os US\$ 300 milhões, enquanto em outubro chegaram a quase US\$ 2 bilhões.

Importações - Na semana passada, observou-se, ainda, segundo o economista, queda nas antecipações de importações, o que reduziu o saldo médio diário do câmbio comercial (negociado para operações de exportações e importações) de US\$ 20 milhões negativos, registrados na primeira semana de novembro, para apenas US\$ 2,6 milhões, destaca Padovani.

Na opinião do diretor da Área Internacional do Lloyds Bank, Lúcio Moura, o Brasil estaria passando da fase intermediária para a final do pós-crise, em que se verifica maior predisposição para com o País. Isso vem ocorrendo pela compreensão dos Estados Unidos e da Europa da importância do País no contexto mundial, que acabou resultando na ajuda financeira. Além do programa de

MELHORA DOS SALDOS

Fluxo perto da normalidade - média diária em US\$ milhões

Período	Comercial	Financeiro	Flutuante	Total
1º semestre/97	-9	67	-71	-12
Agosto/98	-2,5	-429	-144	-576
Setembro	-46	-446	-411	-903
Outubro	-43	88	-138	-93
Novembro*	-11,3	43,6	-74,9	21,2

*Dados até o dia 12

Fonte: Banco Central e Tendências Consultoria

ajuste fiscal brasileiro e da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

É certo que ainda faltam a aprovação e a implementação das medidas para que o mercado internacional retome a confiança no Brasil, mas isso também não bastará para que o dinheiro flua novamente como antes.

As perdas sofridas pelos bancos nos mercados emergentes

EQUILÍBRIO DAS TAXAS VAI DEMORAR, DIZ ANALISTA

não houve confirmação, os bancos acabaram reduzindo as posições no Brasil para compensar a necessidade de aumentar o grau de exposição no País depois de fechado o pacote financeiro", disse o ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega.

O economista lembrou que isso foi feito no pacote acertado com o México, em 1994. Mas, para o Brasil, o resultado não seria o mesmo, porque exigiria o envolvimento de bancos de outros países, como do Japão.

Calendário - Existe um certo consenso de que a retomada das linhas comerciais devem ser retomadas efeti-

Retomada - As linhas de crédito às exportações e os fechamentos de contratos cambiais serão as primeiras operações a serem retomadas pelo mercado internacional. Como financiam as empresas que vendem ao mercado externo, são consideradas crédito de baixo risco.

Na prática, de acordo com o presidente do Unibanco, Fernando Sotelino, responsável pelo banco de atacado da holding, a oferta para essas linhas nunca parou. "Reduziram-se, mas no dia do vencimento estão sendo renovadas", disse.

Moura também afirma que o "bolo dos recursos diminuiu, mesmo para os bancos estrangeiros". Resultado: os custos subiram e o acesso aos recursos restringiu-se. Somente as grandes empresas puderam

buscá-los.

Mas não foi apenas a redução da liquidez, ou seja, da quantidade de dinheiro movimentado no mercado internacional. Contribuiu para o aumento das restrições dessas linhas a possibilidade de os bancos privados serem obrigados a participar do pacote de ajuda ao Brasil. Essa hipótese foi cogitada no mês de setembro e acabou causando um efeito colateral negativo.

"Mesmo sendo boatos, já que

vamente no primeiro trimestre do próximo ano. Poucas são as chances que isso ocorra em 1998, porque as instituições financeiras estão preocupadas em fortalecer seus balanços, bastante deteriorados pelas perdas provocadas pela crise russa. Isso implica manter a redução do grau de exposição no Brasil, especialmente no caso dos bancos emissores de papéis, retardando ainda mais a retomada do mercado de títulos.

De acordo com Moura, a melhora do "humor" do mercado se vem traduzindo-se em algumas ofertas por recursos para as linhas comerciais, mas os preços ainda estão salgados demais, o que dificulta o repasse interno.

Dependendo do porte da empresa, um financiamento de ACC pode custar de 12% a 15% ao ano, segundo informações das próprias companhias (leia mais na página 6). Antes estavam na faixa dos 8% ao ano. Moura ressalta que o equilíbrio das taxas vai demorar. Antes será necessário que o mercado volte a movimentar parte dos recursos negociados anteriormente.

O acordo com o FMI pode não garantir que os recursos para as linhas comerciais voltem de imediato. Mas todos concordam que o efeito psicológico pode ser um instrumento valioso para melhorar esse mercado. O mesmo vale para o mercado de títulos, que deverá ser reinstituído pelo próprio Brasil ou pela Petrobrás.

CRÉDITO EXTERNO PRIVADO DEVE VOLTAR EM 99